

Paulo Guedes marca posição e Levy é oficializado no BNDES

Por Claudia Safatle | De Brasília



Joaquim Levy, que foi escolhido para comandar o BNDES na gestão Bolsonaro.

Joaquim Levy foi confirmado como o presidente do BNDES no novo governo. Em nota divulgada ontem, a assessoria do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, informou que Levy aceitou o convite e fez uma rápida referência à biografia do economista: "Com extensa experiência em gestão pública, PhD em economia pela Universidade de Chicago, Joaquim Levy deixa a diretoria financeira do Banco Mundial para integrar a equipe econômica do governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro".

A escolha, endossada por Bolsonaro, foi um lance ousado e bem-sucedido de Guedes. Levy foi secretário do Tesouro Nacional no governo Lula, secretário de Fazenda do Rio de Janeiro na gestão de Sérgio Cabral e ministro da Fazenda no segundo mandato de Dilma Rousseff.

"Ele teve um passado com a Dilma, sim, esteve no governo dez meses, esteve com Cabral, mas nada tem contra a sua conduta profissional. Assim sendo, eu endosso o Paulo Guedes", declarou Bolsonaro, colocando ponto final nas resistências ao nome de Levy como um quadro da equipe de Guedes.

Conhecido pelo rigor com que trata as contas públicas, Levy foi o único, até recentemente, a buscar equilíbrio fiscal com redução do gasto, e não pelo caminho fácil do aumento das receitas.

Cortou a despesa pública, em termos reais, por duas vezes. A primeira, quando ocupou o cargo de secretário do Tesouro em 2003, e a segunda, como ministro da Fazenda em 2015. Ganhou, pelo feito, o apelido de "Joaquim mãos de tesoura".

A outra única queda do gasto público foi em 2017, já sob tutela da lei do teto e ajudada pelo abatimento de restos a pagar.

Antes mesmo de ser empossado no Ministério da Fazenda, em 2014, Levy aumentou os juros dos empréstimos do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), para botar um freio na farra dos subsídios do BNDES. Começou, também, a desfazer as "pedaladas" de Arno Augustin, secretário do Tesouro na primeira gestão de Dilma,

ao pagar R\$ 55,8 bilhões de subsídios atrasados (ao BNDES e ao Banco do Brasil) no fim de 2015, cujo acerto final foi coroado com a votação da lei 13.199. A reversão do "calote" de Arno aos subsídios permitiu a capitalização do BNDES em R\$ 30 bilhões, que regularizou o quadro prudencial do banco - o mesmo ocorreu no BB.

Nos dez meses em que esteve no governo Dilma, Levy começou a discutir a devolução dos recursos amortizados do PSI ao Tesouro Nacional. Em 2016, já na gestão de Nelson Barbosa na Fazenda, o BNDES começou a antecipar os pagamentos dos mais de R\$ 500 bilhões emprestados pelo Tesouro Nacional que venceriam somente em 2060. Até hoje foram devolvidos R\$ 310 bilhões, dinheiro que abateu a dívida do setor público. Há uma programação anual para o pré-pagamento dos R\$ 260 bilhões que faltam.

Em palestras e debates no período em que esteve no Banco Mundial, Levy deixou pistas do que poderá fazer para captar recursos para o BNDES. Atualmente, os fundos de pensão dispõem de cerca de US\$ 26 trilhões em recursos que precisam de uma rentabilidade de 5% ao ano para o investimento ser sustentável. Tal percentual só é possível de ser obtido, por exemplo, em investimentos em infraestrutura nos países emergentes.





Embora exista quem ache que o BNDES poderia acabar, dando lugar ao mercado de capitais, não é essa a visão de Levy, que vê papel relevante do banco de fomento para atender à enorme demanda por expansão da infraestrutura no Brasil.

O atual secretário do Tesouro Nacional, Mansueto de Almeida, foi convidado por Guedes a permanecer no governo e deverá ocupar a Secretaria da Fazenda no Ministério da Economia.

Se não abrir os dados, algo vai acontecer, diz Bolsonaro

Por Cristian Klein e Estevão Taiar
| Do Rio e São Paulo

O presidente eleito, Jair Bolsonaro, endossou a indicação de Joaquim Levy para presidir o BNDES, feita pelo futuro ministro da Economia, Paulo Guedes. Mas reafirmou o discurso de que será preciso abrir a "caixa-preta" do banco e, questionado se Levy estará disposto a abrir os dados, disse que cobrará Guedes: "Vai ser aberta. Na primeira semana não vai haver nenhum sigilo no BNDES. Me reporto com o Paulo Guedes. O Paulo Guedes é que vai abrir. Se não abrir, alguma coisa vai acontecer".

Bolsonaro afirmou que Guedes acha que esse é o nome certo para o BNDES e que, assim sendo, ele aceitou a escolha. "Ele [Levy] teve um passado com a Dilma, sim, esteve no governo dez meses, esteve com o Cabral, mas nada tem contra a sua conduta profissional. Assim sendo, eu endosso o Paulo Guedes", disse, em entrevista em frente ao seu condomínio, na Barra da Tijuca, no Rio.

Segundo o presidente eleito, ainda falta transparência às transações do banco de fomento. "Posso dizer até que não é uma

caixa-preta. Está faltando transparência. Isso todos os funcionários querem. Os empréstimos aos outros países, qual é a garantia, se foi o Tesouro; se não foi, a quantidade. Queremos colocar na mesa, para todos vocês da imprensa, todas as transações feitas pelo BNDES, porque afinal de contas o dinheiro é público", disse. Bolsonaro afirmou que ainda não tem definição de quem ficará na presidência da Petrobras.

A escolha de Joaquim Levy foi bem recebida por economistas do setor privado, que chamaram a atenção para a experiência e o perfil liberal do ex-ministro. "Levy é um 'one man army' [exército de um homem só, em inglês], quando se trata de [política] fiscal e parafiscal", disse Fernando Montero, economista-chefe da Tullet Prebon.

Montero destaca que, desde 1997, houve queda real dos gastos do governo federal em apenas três ocasiões. Em duas delas, Levy estava no governo - em 2003, como secretário do Tesouro Nacional, e em 2015, justamente como ministro. O terceiro recuo foi registrado em 2017, já com o teto de gastos em vigor.

Para Nelson Rocha Augusto,

presidente do Banco Ribeirão Preto, o perfil fiscalista de Levy não será um problema para a instituição de fomento.

"O BNDES não pode ser comandado de maneira que desrespeite questões fiscais. Levy nunca admitiria, por exemplo, que a atuação do banco trouxesse um ônus para o Tesouro como trouxe lá atrás", disse, citando indiretamente medidas como o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que emprestava dinheiro para o setor privado com juros subsidiados bancados pelo Tesouro.

"Ele entende a importância do desenvolvimento do mercado de capitais", que pode ocupar o espaço do banco. "Empresas do porte de Petrobras e Vale podem buscar recursos no mercado de capitais."

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), por sua vez, classificou a escolha como "uma indicação extremamente positiva do futuro governo". Para a entidade, o BNDES terá "papel estratégico na retomada do desenvolvimento do país" e o novo presidente "possui todas as credenciais necessárias" para que a contribuição seja bem-sucedida.

Guedes tem três opções para mudar Orçamento

Por Fábio Pupo, Fabio Graner e Edna Simão | De Brasília

O Orçamento do ano que vem, em tramitação no Congresso Nacional, pode ser modificado de três maneiras para redistribuir os montantes de acordo com o novo desenho da Esplanada dos Ministérios previsto para 2019 - que prevê fusões e cortes de pastas. Dependendo da alternativa, o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, nem precisaria de aval do Legislativo para o ajuste.

O Valor apurou que, caso a alteração ocorra ainda neste ano, é possível o Palácio do Planalto enviar mensagem modificativa - que, na prática, representa uma nova versão do documento sobre a qual os parlamentares precisarão trabalhar.

A alternativa só é viável se for feita antes da votação do relatório preliminar do projeto na Comissão Mista de Orçamento (CMO), e o prazo se encerra em pouco mais de uma semana - em 22 de novembro. Nesse caso, medidas como a reabertura do prazo de apresentação de emendas parlamentares, findo na semana passada, deverão ser adotadas.

Outra opção é uma negociação com os parlamentares para que eles mesmos alterem a peça, reconfigurando a destinação de

recursos conforme o novo desenho da Esplanada dos Ministérios. Caso não haja sucesso com essas opções, restaria como alternativa alterar o Orçamento do ano que vem por meio de um decreto estabelecendo que "onde se lê" determinada destinação deve ser lida outra.

Chamado informalmente de "de/para", o instrumento já foi usado, por exemplo, no governo do então presidente Fernando Collor - que teve ideia semelhante à de Bolsonaro e criou o Ministério da Economia como resultado de uma fusão entre as pastas.

A situação vivida no governo Collor é similar à de hoje, já que o governo de Bolsonaro teria que realocar para uma mesma pasta os recursos hoje dispersos nos ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Indústria e Comércio Exterior (Mdic), por exemplo.

No nível técnico, novas rodadas de conversas estão previstas nesta semana para discutir o desenho da lei orçamentária a ser votada pelo Congresso até o fim do ano. Tanto no governo quanto na equipe de transição, há quem defenda a tese de que seria ideal o governo atual mandar uma medida provisória com a nova estrutura para permitir que o texto orçamentário a ser finalizado no Congresso já contemple a reforma administrativa. Caso contrário, o

novo governo poderá encontrar dificuldades operacionais no começo do ano.

Além disso, o atual governo precisa decidir como tratará no Orçamento de 2019 os recursos para o Bolsa Família. No texto do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) enviado ao Congresso no fim de agosto, a equipe econômica condicionou cerca de metade do programa (R\$ 15 bilhões) à aprovação de crédito a ser dado pelos parlamentares no ano que vem para cumprir a "regra de ouro" das contas públicas. Depois disso, porém, o Planalto anunciou que voltaria atrás e modificaria os números.

Mas faltando dez dias para o fim do prazo de envio da mensagem modificativa que alteraria o Orçamento, o instrumento ainda não foi enviado ao Congresso. No governo, há quem aposte que o Planalto deixará o tema como foi apresentado no PLOA - ou seja, mantendo metade do Bolsa Família como condicional à aprovação dos parlamentares. Por enquanto, o assunto ainda é dúvida e depende também da orientação a ser dada pela equipe do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL).

Caso realmente não haja alteração, o governo descumpriria o anunciado no começo de setembro. Diante da repercussão da decisão





inicial de condicionar metade do Bolsa Família ao aval do Congresso, o Planalto recuou. O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, afirmou em 5 de setembro que o presidente Michel Temer havia ordenado a inclusão integral no Orçamento dos R\$ 30 bilhões do programa.

Alternativas para retirar o programa do condicional e substituí-lo por outro item ainda são estudadas, principalmente aquelas relacionadas à folha de pagamento. Mas, como alguns gastos com pessoal têm receitas vinculadas, há poucas alternativas. Um encaminhamento deve ser feito nos próximos dias em meio às reuniões entre o atual e o futuro governo.

Um novo perfil para o BNDES

Com Levy, banco deve priorizar privatizações e infraestrutura

MARTHA BECK, MANOEL VENTURA, RENNAN SETTI, ANA PAULA RIBEIRO E LUCIANO FERREIRA

Primeiro nome confirmado da equipe econômica de Paulo Guedes, o ex-ministro da Fazenda Joaquim Levy aceitou o convite e assumirá o comando do BNDES. Com ampla experiência em gestão pública, PhD em Economia pela Universidade de Chicago, Levy deixará a diretoria financeira no Banco Mundial para ocupar a presidência do banco de fomento.

Segundo integrantes da equipe, sob o comando de Levy, o BNDES terá como prioridade o financiamento para logística e infraestrutura, por meio de apoio ao Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), privatizações, inovação e novas tecnologias, além da reestruturação das finanças de estados e municípios.

Próximo ao futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, o nome de Levy sofria resistência entre alguns integrantes da equipe de Bolsonaro por ele ter atuado como ministro da Fazenda da ex-presidente Dilma Rousseff.

O presidente eleito, Jair Bolsonaro, disse ontem que ainda não conversou com Levy e que o contato foi feito por Guedes: — Guedes é que está bancando o nome Joaquim Levy. Teve reação por ter servido a Dilma (Rousseff) e (Sergio) Cabral. Mas nenhum processo, não tem nada contra ele, e esse é o argumento do Paulo Guedes. Tenho que acreditar no Paulo Guedes.

O presidente eleito reiterou a promessa de que pretende “abrir a caixa-preta” do banco: — Vai ser aberta. Na primeira semana, não haverá mais nenhum sigilo no BNDES. São números que nós temos que tornar públicos: empréstimos a outros países, qual é a garantia, se não foi o Tesouro, a quantidade... Nós queremos botar na mesa para todos vocês da imprensa tomarem conhecimento de todas as transações feitas pelo BNDES.

Levy terá papel estratégico no BNDES, de acordo com interlocutores do presidente eleito. A transferência de estatais (especialmente aquelas que dependem de subvenções do Tesouro) das mãos do governo para a iniciativa privada foi uma das promessas de campanha de Bolsonaro. Para isso, Guedes prepara um amplo programa de privatização. A ideia é que Levy trabalhe na modelagem dessas operações.

FINANÇAS DOS ESTADOS

Outro papel importante será na reestruturação das finanças de estados e municípios. Com a maioria parte dos entes regionais em crise, governadores eleitos já sinalizaram que precisam de ajuda para colocar as contas em ordem. O governo federal não tem espaço fiscal para ajudar diretamente os estados, mas o BNDES poderia ajudar na captação de recursos por estados que se disponham, por exemplo, a também vender ativos.

Como o BNDES mudou de linha de atuação ao longo do governo de Michel Temer, reduzindo seu orçamento e passando a dar mais peso à devolução de recursos ao Tesouro, o novo presidente também terá de priorizar setores. Neste caso, o foco será logística e infraestrutura e também inovação e novas tecnologias.

O banco de desenvolvimento deve atuar com foco em áreas estratégicas, mas para as quais não há grande demanda no mercado de capitais, seja pelo prazo ou pelas características. Segundo especialistas, a gestão de Levy deve reduzir o tamanho do banco, deixando mais espaço para o mercado de capitais atuar, aliviando o peso sobre o Tesouro, com foco em infraestrutura e privatização.





Para a economista Elena Landau, ex-diretora de privatizações do BNDES no governo Fernando Henrique Cardoso, Levy deve acelerar a venda da carteira de investimentos do banco. — O BNDES é um banco do Estado que tem que fazer aquilo que o setor privado não vai fazer e que tem retorno social.

O Levy tem a sensibilidade sobre quais são as funções do BNDES e deve ajudar na privatização, já que o banco perdeu a “embocadura” nesta área, na venda de carteira de ativos — disse Elena, acrescentando que o saneamento básico é área prioritária. A meta do banco é encerrar o ano com R\$ 70 bilhões em desembolsos.

Até setembro, já foram emprestados R\$ 43,6 bilhões, queda de 13% em relação ao mesmo período de 2017. Neste ano, o BNDES já devolveu R\$ 130 bilhões ao Tesouro. —Pode ser que ele seja até um pouco mais agressivo (na redução do tamanho do BNDES). Caso o mercado de debêntures (títulos de dívida) de infraestrutura se

desenvolva, diminuiria a necessidade de o BNDES atuar como hoje nesse setor — disse o professor do Insper Sergio Lazzarini, autor do livro “Capitalismo de laços”.

Um ex-diretor do BNDES, que pediu para não ser identificado, porém, avalia que a redução do tamanho do banco manterá travado o crédito ao capital produtivo no país: —Levy está sendo nomeado porque tem experiência em banco e chancela junto a agentes do mercado. Mas, na Fazenda, sempre foi um opositor do papel do BNDES.

POLÍTICA INDUSTRIAL

Entidades industriais elogiaram a escolha de Levy, considerado um bom negociador. Mesmo assim, manifestaram preocupação com a postura que o BNDES terá no novo governo, uma vez que ainda não se sabe exatamente qual serão seu tamanho e se vai encolher mais para dar espaço ao financiamento privado.

—Não dá para acabar com as linhas de crédito de juro baixo e de longo prazo, essenciais num país com

histórico de pouco crédito, especialmente às empresas de pequeno e médio porte — disse Milton Rego, presidente executivo da Associação Brasileira do Alumínio (Abal). Na avaliação de José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), Levy sempre esteve aberto ao diálogo nos diferentes cargos que ocupou e seu bom senso poderá ser útil para ajudar o BNDES nessa fase de retomada da economia.

Entre as demandas, ressalta que as construtoras de menor porte precisam ter acesso ao financiamento do banco, o que, segundo ele, aumentaria a concorrência do setor.

Na visão do presidente da Associação Brasileira de Concessionária de Rodovias, César Borges, a confirmação de Levy é positiva porque ele tem conhecimento das carências da infraestrutura no Brasil: —Esperamos que ele tenha outro papel agora no BNDES e pense na função do banco, que é fomentar o desenvolvimento econômico e social.

PERFIL - Joaquim Levy, ECONOMISTA

Liberal e doutor pela Universidade de Chicago

MARTHABECK

Embora o economista Joaquim Levy tenha sido ministro da Fazenda da ex-presidente Dilma Rousseff, não é surpresa que ele tenha sido convidado para comandar o BNDES no governo Jair Bolsonaro. De perfil liberal e doutor pela Universidade de Chicago, Levy tem muito mais em comum com o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, saído da mesma escola dos EUA, do que jamais teve com a administração petista da qual fez parte de janeiro até o fim de 2015.

Em sua última experiência no governo, Levy foi convidado por Dilma Rousseff para assumir o Ministério da Fazenda logo após a reeleição. A ideia era que ele realizasse um duro programa de ajuste das contas públicas, baqueadas pelas pedaladas fiscais da gestão de Guido Mantega.

A relação com Dilma, no entanto,

nunca foi boa, especialmente porque a ortodoxia do ministro batia de frente com a visão da chefe. Levy também protagonizou embates com o colega do Ministério do Planejamento, Nelson Barbosa, que defendia uma política econômica desenvolvimentista. Aos poucos, Levy se isolou na Fazenda e começou a dar sinais de que deixaria o governo. Disse isso inúmeras vezes a interlocutores até que, durante uma reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) no fim de 2015, surpreendeu a todos.

O ministro se despediu dos integrantes do colegiado e disse que provavelmente não participaria da reunião seguinte. No balanço de sua gestão, Levy afirmou que a necessidade do ajuste fiscal demorou a ser compreendida pela sociedade, mas “a ficha acabou caindo”.

Em carta, ressaltou que “a falta de maior sinalização de disposição mais imediata de esforço fiscal por

parte do Estado brasileiro também piorou as expectativas dos agentes econômicos”, o que poderia se alastrar para 2016. Em seguida, foi para o cargo de diretor financeiro do Banco Mundial (Bird). Levy também foi secretário do Tesouro durante o governo Lula, quando Antônio Palocci comandava o Ministério da Fazenda.

Após deixar a chefia do Tesouro Nacional, em 2006, Levy foi vice-presidente de Finanças e Administração do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), posição que ocupou por oito meses.

Ele se desligou do BID no fim do mesmo ano e, em janeiro de 2007, foi convidado pelo então governador do Rio, Sérgio Cabral, a assumir a Secretaria de Fazenda do estado, onde ficou até 2010. De junho deste mesmo ano a 2014 trabalhou no Banco Bradesco.

Com Levy, Guedes vai mudar foco do BNDES

Estratégia do futuro ministro é que banco público canalize mais recursos para infraestrutura e amplie mercado de capitais

Julio Wiziack, Mariana Carneiro e Júlia Barbon

BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO O ex-ministro da Fazenda Joaquim Levy foi confirmado nesta segunda-feira (12) como presidente do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) no governo de Jair Bolsonaro (PSL).

Sob seu comando, a expectativa é que o banco encolha ainda mais, com a devolução adicional ao Tesouro de recursos que hoje estão em caixa.

Ao comentar a nomeação, Bolsonaro disse que seguiu os conselhos de Paulo Guedes, o futuro ministro da Economia.

"Não conversei com o Levy, quem está conversando com o Levy é o Paulo Guedes. Teve reação devido a [Levy] ter servido à Dilma, ao [ex-governador do Rio Sérgio] Cabral, mas nenhum processo, nada tem contra ele", afirmou.

"Esse é o argumento do Paulo Guedes, e eu tenho de acreditar no Paulo Guedes."

Ao se reeleger, em 2014, Dilma convidou Levy —então executivo do Bradesco— para comandar, na Fazenda, um ajuste nas contas públicas.

Divergências com a presidente e com outros integrantes do governo, no entanto, levaram à queda do ministro, após um intenso processo de desgaste que inviabilizou a correção de rota nas finanças governamentais.

Sob Levy, a equipe econômica de Bolsonaro considera que há risco zero de o BNDES não

devolver os recursos que deve ao Tesouro e, eventualmente, poderá cumprir o cronograma até mais rapidamente do que o previsto.

Isso ajudaria o governo a abater a dívida pública e reduzir a pressão do ajuste fiscal. Neste ano, o BNDES firmou acordo com o governo para devolver R\$ 25 bilhões por ano até 2040.

São recursos que foram injetados no banco durante as gestões Lula 1 e Dilma Rousseff com o objetivo de ampliar os empréstimos e acelerar o crescimento, mas acabaram represados no banco.

O BNDES, por sua vez, ficará com menos capital para empréstimos e, com isso, deverá mudar seu perfil de investimentos, direcionando mais recursos para projetos de logística e infraestrutura e também para inovação e tecnologia.

O terceiro pilar de atuação do banco sob Levy será a estruturação de operações de crédito para viabilizar privatizações, deitando os financiamentos de longo prazo para a iniciativa privada.

A instituição será um parceiro fundamental do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos) na tarefa de preparar a modelagem dos projetos, indicando as melhores alternativas de financiamentos.

O banco não será uma delas para boa parte dos casos.

As metas estão no roteiro de Levy, que, segundo pessoas próximas, defende que o ban-

co não deve competir com a iniciativa privada.

Hoje, o banco tem alguns produtos nessa linha, como um fundo de debêntures que garante até 50% de investimentos em projetos de infraestrutura de até R\$ 300 milhões.

Atualmente, a carteira de empréstimos tem 23% dos recursos voltados a micro e pequenas empresas e 40% para projetos de infraestrutura.

Uma das hipóteses em discussão, no entanto, é algo mais radical: estimular um mercado de debêntures incentivadas (títulos de dívida) para empresas.

Hoje, esses papéis só podem ser vendidos ao investidor pessoa física.

De janeiro a setembro deste ano, o mercado movimentou R\$ 12,9 bilhões em debêntures incentivadas —nenhuma relacionada a projetos do BNDES. No mesmo período, os desembolsos do banco foram de R\$ 17,5 bilhões.

Técnicos do governo Michel Temer criticam, no entanto, a ideia de estimular a criação de um mercado de debêntures em um momento de crise fiscal.

Para eles, já é ruim abrir mão de impostos de pessoas físicas e ampliar a isenção para fundos de investidores institucionais pioraria ainda mais as receitas.

Outra barreira é a natureza das debêntures. Esse tipo de papel costuma ter prazo de cinco anos. Os empreendimentos de infraestrutura exigem mais tempo, algo co-

mo 15 anos, ao menos. Ou seja, não é o tipo de financiamento mais adequado para o setor.

No BNDES, funcionários de carreira se preocupam com a escolha de Levy e com a previsão de que ele comandará um encolhimento do banco.

Assim como Guedes, ele é doutor pela Universidade de Chicago, no EUA, reduto do liberalismo econômico, que vê com reservas a atuação do Estado na oferta de financiamento à iniciativa privada (só deve ocorrer quando há falhas de mercado que emperram a oferta de crédito).

Para ocupar o cargo no governo Bolsonaro, Levy deixa a diretoria financeira do Banco Mundial, em Washington, para onde foi após sair do governo Dilma, em 2015.

Antes de ocupar a Fazenda, Levy foi funcionário do FMI (Fundo Monetário Internacional), secretário do Tesouro no primeiro mandato de Lula (2003-2006) e secretário das Finanças do Estado do Rio de Janeiro (2007-2010).

Seu retorno ao governo é lido por pessoas que conhecem o ex-ministro como uma tentativa de recuperar sua imagem, após a passagem difícil na administração Dilma. Desde sua saída de Brasília, Levy vem optando pelo silêncio.

Nesta segunda, ao falar sobre a nova presidência do banco, Bolsonaro voltou a declarar que será aberto o sigilo do BNDES, mas não soube explicar o que espera com a medida.





Paulo Guedes, futuro ministro da Economia, que visitou Jair Bolsonaro no Rio de Janeiro nesta segunda Tercio Almeida/Alto Impacto

"Desconheço muita coisa do BNDES, são números que temos de tornar públicos, há uma reclamação por parte da população", disse, na porta de sua casa, no Rio de Janeiro.

"Vai ter uma transparência do BNDES, isso todos os funcionários querem. Os empréstimos a outros países, qual é a garantia, se foi Tesouro, se não foi, a quantidade", disse.

Cade pode migrar da Justiça, de Moro, para a pasta da Economia

BRÁSILIA A equipe econômica de Bolsonaro estuda transferir o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) do Ministério da Justiça para o da Economia, sob o comando de Guedes.

A proposta está sendo avaliada por assessores de Guedes, como forma de dar mais força à competição. O estímulo à livre concorrência é um dos pilares da política econômica do futuro ministro.

A ideia é garantir a prevalência do viés econômico — e não jurídico — nos casos avaliados pelo órgão da concorrência.

Um exemplo lembrado é o da compra da Cetip pela BM&F Bovespa, em março de

2017. O Cade aprovou a operação, mas se recusou a definir preços para que concorrentes entrem nesse mercado.

Juridicamente, entendeu que a tarefa cabia à CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Até hoje, o mercado está fechado para concorrentes, o que é ruim do ponto de vista econômico.

A mudança ainda depende de entendimento com o futuro ministro Sergio Moro.

Guedes já se comprometeu em ceder para a Justiça o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), braço da Fazenda responsável por registrar operações financeiras suspeitas de lavagem de dinheiro ou de remessa ilegal.

A avaliação é que o Coaf estaria mais próximo das atividades que Moro pretende desempenhar na Justiça, ao combater a corrupção e o crime do colarinho branco. O mesmo raciocínio valeria para o Cade sob Guedes.

Se a ideia prosperar, ele indicará quatro dos sete conselheiros em 2019.

Isso ampliaria o poder do futuro ministro da Economia, que no governo Bolsonaro terá sob sua responsabilidade Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio Exterior. Também deverá ficar com parte do Ministério do Trabalho.

CONJUNTURA »**TCU aponta 41 milhões de irregularidades**

Cruzamento de informações de 31 bases de sistemas governamentais indicam inconsistências que vão de imóveis subutilizados e conluio de servidores a indícios de fraudes em licitação e compras emergenciais para evitar controle

» SIMONE KAFRUNI

A União tem 99 imóveis que estão vagos há mais de 30 anos e outros 189 que foram invadidos. Fornecedores do governo atuaram em conluio durante pregão eletrônico em 33 mil compras realizadas entre 2016 e abril de 2018. Sócios participaram de uma mesma sessão em mais de mil processos licitatórios. Um ex-servidor de órgão público era empregado de uma companhia e sócio de outra, sendo que ambas competiram usando o mesmo IP de computador. Mais de mil empresas participantes de duas mil licitações, entre 2014 e 2018, foram abertas às vésperas dos certames, sendo que uma delas arrematou pregão de R\$ 30 milhões 17 dias após ser criada.

Essas são apenas algumas das 41 milhões de inconsistências detectadas pelas secretarias de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti) e de Gestão da Informação para Controle Externo (SGI) do Tribunal de Contas da União (TCU). A análise, que partiu

de cruzamentos de dados de 31 bases de sistemas governamentais de 18 organizações gestoras, apurou mais de 454,6 mil ocorrências, envolvendo gastos de R\$ 40,8 bilhões.

Ainda que a Corte de contas já tenha realizado cruzamento de informações, esta é primeira auditoria do órgão com tamanha envergadura, capaz de reunir dados de compras governamentais, imóveis da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), Receita Federal, INSS, Tesouro, vários ministérios, Cadastro Nacional de Empresas e programas sociais, como Minha Casa Minha Vida e Bolsa Família, entre outros órgãos. Foram mais de 80 tipologias, ou seja, caminhos trilhados com auditorias definidas e executadas.

Por meio dessa análise integrada, foi possível detectar, por exemplo, que 2.320 casos caíram em mais de nove das 80 tipologias, ou seja, são figuras carimbadas, o que sugere fraudes e irregularidades. Entre elas, o fracionamento de despesas para compra sem licitação. As tipologias relacionadas à contratação direta apontaram, por exemplo, indícios relacionados à existência de 32 Unidades Administrativas de Serviços Gerais (Uasgs) que realizaram mais de 7,3 mil contratações emergenciais envolvendo quase R\$ 6 bilhões. Apenas uma Uasg realizou mais de 3 mil contratações emergenciais no

valor de R\$ 4,5 bilhões.

Todas as irregularidades e inconsistências apuradas serão enviadas aos órgãos do governo para apuração e correção dos problemas. Serão entregues também ao governo de transição, para que fique atento à necessidade de melhoria na composição e uso integrados dos dados que balizam as decisões referentes às políticas públicas.

Integração

Segundo o secretário da Sefti, Márcio Braz, o objetivo da auditoria inédita foi avaliar o uso integrado de informações na gestão de políticas públicas, especialmente as ligadas à concessão de benefícios e de recursos financeiros. “Com isso, queremos estimular o compartilhamento de dados dentro do governo e ampliar o trabalho junto a outros órgãos de controle”, disse. Conforme Wesley Vaz, secretário da SGI, a gestão pública precisa se profissionalizar na análise das informações. “Nenhuma empresa ou organização é bem gerida sem saber o que está acontecendo. A ideia é ampliar esse trabalho, realizá-lo com uma periodicidade de dois anos, para que se possa obter números cada vez menores de irregularidades”, explicou.

Para isso, o acórdão do TCU determinou “recomendar à Casa





Civil da Presidência da República que promova a avaliação integrada da gestão e das políticas públicas por meio de amplo, intensivo e compartilhado uso das bases de dados governamentais, buscando superar os atuais limites decorrentes de visões setoriais e segmentadas do uso das informações do Estado”. A Corte ainda destacou que é preciso “definir e manter, sem prejuízo das demais atividades a serem desempenhadas pelo TCU, processo de trabalho permanente de análise integrada de dados de gestão pública, com a participação de outros órgãos de controle e de fiscalização”.

Equívoco

Para especialistas, é preciso considerar que algumas irregularidades podem ser apenas erros de sistemas e que avaliar apenas grandes números pode ser um equívoco. Geraldo Biasoto Jr.,

professor do Instituto de Economia da Unicamp e ex-coordenador de política fiscal da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, ressaltou que auditorias muito abrangentes são perigosas. “Tem de ser mais específico. Avaliar os programas específicos. Levantamentos genéricos não ajudam muito”, opinou.

Na opinião de Gil Castello Branco, secretário-geral da ONG Contas Abertas, é fundamental aprofundar o levantamento na área de TI. “O maior problema no setor é que a evolução das tecnologias é muito mais rápida do que a capacidade do Estado brasileiro de se organizar para ter recursos e técnicos de qualidade em quantidade suficiente para aprimorar sistemas. “Muita coisa é erro de cadastramento. Os sistemas não conversam entre si”, disse.

Castello Branco avaliou o trabalho

do TCU como fundamental, mesmo que, em algumas instâncias, se considere que a Corte trava a economia do país. “Precisamos desse olhar mais atento. Os técnicos do TCU são os mais bem preparados do país. A politização está na indicação dos conselheiros”, criticou. Para o secretário-geral da Contas Abertas, a auditoria do órgão só confirma que os dados do governo têm de ser confiáveis. “São eles que geram estudos. Se não forem confiáveis, perdem sua importância”, assinalou.

Procurado o Ministério do Planejamento afirmou que o acórdão citado ainda não foi publicado e, portanto, a Secretaria de Gestão (Seges) do Ministério do Planejamento não se pronunciará neste momento. “É importante frisar que a Seges cumpre na íntegra todas as recomendações de acórdãos do TCU”, destacou.

Esqueleto no armário

Auditoria integrada de base de dados governamentais encontra 41 milhões de inconsistências

■ Fiscalização do Tribunal de Contas da União avalia 31 bases de dados do governo

■ Objetivo é verificar o uso integrado de informações na gestão de políticas públicas

■ Auditoria identifica indícios de irregularidades em tais bases informacionais

CONSTATAÇÕES

■ **454.647** ocorrências identificadas, envolvendo gastos da ordem de R\$ 40,8 bilhões

■ **41 milhões** de registros com inconsistências de bases cadastrais

■ **7,3 mil** contratações emergenciais, nos últimos 4 anos, envolvendo quase R\$ 6 bilhões e 32 Unidades Administrativas de Serviços Gerais (Uasgs)

■ **10,3 mil** empresas licitantes, em quase 33 mil pregões eletrônicos (R\$ 9,5 bilhões), que podem ter prejudicado a competitividade do certame

■ **5 mil** contratos firmados com fornecedores inidôneos

■ **66** instituições beneficentes que pagam salários acima do limite individual fixado para seus dirigentes (uma delas pagou salário mensal de R\$ 150 mil)

■ **3,5 mil** beneficiários do Bolsa Família que fizeram doações eleitorais em valores incompatíveis

DECISÕES

■ Após a fiscalização, a conclusão é de que os achados deverão subsidiar futuras ações de controle

■ TCU determina envio das inconsistências encontradas aos órgãos para correção dos problemas identificados e mitigação de futuras ocorrências

■ Corte decide incentivar o uso da Tecnologia da Informação (TI) para tratamento de grandes

VOLUMES DE INFORMAÇÃO

■ Recomendação é melhorar o compartilhamento de informações por órgãos e entidades federais